

## MULHER, OPERÁRIA: O LABOR FEMININO OCUPANDO O ESPAÇO PÚBLICO DO TRABALHO (BELÉM, 1930-1935)

### WOMAN, FACTORY WORKER: FEMININE LABOUR IN PUBLIC PLACES OF WORK (BELÉM, 1930-1935)

*José Ivanilson da Luz Rodrigues*

Professor da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia e da Secretaria de Estado de Educação, Brasil

Mestre em História pela Universidade Federal do Pará, Brasil  
e-mail: rodrigues\_ivanilson@yahoo.com.br

#### DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v5i10.10999>

Recebido em 18 de abril de 2017

Aprovado em 13 de outubro de 2017

#### RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre o construto circundante à ocupação feminina do espaço público do trabalho em uma capital da Amazônia na primeira metade do decênio de 1930, para tanto, fundamentamos a análise das fontes (jornais da época e documentação alocada no Arquivo Público do Estado do Pará - APEP) nas premissas de Joana M. Pedro e Margareth Rago, acerca do uso da categoria *gênero* na historiografia; Pierre Bourdieu, quanto à *dominação masculina*; Roger Chartier, no que tange à *representação social*, entre outros. Nossa pesquisa constatou o avanço da mulher na ocupação do espaço público do trabalho, as tensões, solidariedades e desigualdades com o elemento masculino, e entre as próprias mulheres, o apelo moral quanto ao trabalho feminino noturno e os assédios dentro e fora dos ambientes de labuta. Um diálogo fecundo com a atmosfera social própria do contexto político-cultural no qual estavam insertas: aproximação e distanciamento entre operárias e feministas, conquista de direitos, conflitos e mazelas tangenciadoras à condição de mulher, de operária.

**Palavras-Chave:** operariado feminino; gênero; representação social; espaço público

#### ABSTRACT

This article deals with the construct surrounding the female occupation of the public space of work in a capital of Amazonia in the first half of the 1930s. For this reason, we analyze the sources (newspapers of the period and documentation in the Public Archive of State of Pará - APEP) on the premises of Scott and Rago, about the use of the gender category in historiography; Bourdieu (2002), regarding male domination; Chartier, with regard to social representation, among others. Our research presents the advancement of women in the occupation of the public space of work, tensions, solidarities and inequalities with the masculine element, and among the women themselves, the moral appeal for the feminine work of the night and the harassment inside and outside the working environments. A dialogue with the social atmosphere of the political-cultural context in which they were inserted: conquest of rights, conflicts and ills surrounding the condition of woman, worker.

**Keywords:** female operator; gender; social representation; public space

## DO PRIVADO AO PÚBLICO: O TRÂNSITO SOCIAL DAS MULHERES NOS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 1930

Sobre os valores circundantes à da mulher trabalhadora nas primeiras décadas dos novecentos, Claudia Fonseca ressalta as dificuldades enfrentadas por uma mulher pobre na busca por condições para atenuar a vida de privações que levava, por meio do ingresso no trabalho assalariado nas fábricas:

... a Dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública.”... em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio era lendário.<sup>1</sup>

A diferenciação da “boa trabalhadora” ao “homem em situação parecida”, suscita dois aspectos principais: a naturalização de uma representação social que reconhece o espaço do lar, como o local da mulher sob pena de falácias quanto à sua moral, sendo o homem o ocupante natural do espaço público do trabalho, como o provedor do lar; e ainda, uma realidade própria das primeiras décadas do século XX: a diferenciação salarial entre homens e mulheres<sup>2</sup>. Notamos aqui, que os valores que constroem e moldam o comportamento social da mulher trabalhadora conformam-se em uma visão masculina do “lugar” da mulher na sociedade. Segundo Margareth Rago: “isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social”<sup>3</sup>. Tal premissa parece aproximar-se da assertiva de Pierre Bourdieu:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses... as tomadas de posição ideológica dos

---

<sup>1</sup> FONSECA, Claudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 516.

<sup>2</sup> DECCA (1983) destaca na década de 1930 “em termos de salários a pior condição da mulher operária”. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1983, p. 21.

<sup>3</sup> RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. IN: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 579.

dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe.<sup>4</sup>

Dito de outra forma, compartilhamos com a ideia de representação social advogada por Roger Chartier, para quem:

... a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma.<sup>5</sup>

A leitura do excerto, nos permite compreender, entre outras coisas, como a representação social da mulher trabalhadora é projetada em função da forma como os que “detêm o poder de classificar e de nomear”, ou seja, o elemento masculino, à forja no meio social. Nessa perspectiva, notamos as formas como a mulher trabalhadora é evidenciada nos jornais e nos documentos encaminhados ao Governo do estado: “infelizes operárias”<sup>6</sup>, “infelizes moças”<sup>7</sup>, “pobre mulher”<sup>8</sup>, “mulher pobríssima”<sup>9</sup>, “pobre e infeliz criatura”<sup>10</sup>, etc. A visão masculina associava constantemente a mulher trabalhadora à condição de fragilidade:

... mas a instrução à mulher, proteção à maternidade e à criança, garantia ao trabalho feminino, fazem parte dessas reivindicações gerais. No momento em que as portas das atividades fora do lar estavam sendo forçadas pelas mulheres que exigem o trânsito mais livre nas profissões liberais, no serviço público e nas fábricas, era forçoso sensibilizar as mulheres e seus empregados para esses direitos. São reivindicações que se coadunam às aspirações da classe operária, entretanto, são feitas sem "uma crítica ao sistema de exploração e de uma análise correta" desse sistema.<sup>11</sup>

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 11.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação Social. *Revista Estudos Avançados*, n. 11, 1991, p. 183.

<sup>6</sup> Ofício enviado pela Federação de Classes em Construção Civil à Interventoria Federal do Pará em 27 de dezembro de 1930. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930-1934), cx. 182.

<sup>7</sup> Ofício enviado..., cx. 182.

<sup>8</sup> Folha do Norte, 03. 01.1932. p. 03; 27. 03. 1931. p. 05; 03. 01. 1931; O Imparcial, 14. 12. 1933, p. 01.

<sup>9</sup> APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Memoriais (1930-1938).

<sup>10</sup> Folha do Norte, 05. 10. 1935, p. 08.

<sup>11</sup> ÁLVARES, Maria Luzia M. *Saias, Laços e Ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses-1910/1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia-NAEA, Universidade Federal do Pará, 1990, p. 468.

Fica claro pelo enunciado, que apesar da presença maciça da mulher no ambiente fabril desde as primeiras décadas do século XX, ou seja, a incidência da mulher no espaço público, ainda era visto com desconfiança, pois destoava de um padrão comportamental instituído pela sociedade (universo masculino e feminino) do lugar da mulher: no lar, preocupada com os afazeres domésticos e com a maternidade.

No entanto, Segundo Rodrigues & Veras (2017) em meio a atmosfera discursiva da Aliança Liberal baseada em um apelo modernizador e industrializante dos anos de 1930, alinhada a uma pretensa colaboração com as classes trabalhadoras às vésperas da ascensão de Getúlio Vargas<sup>12</sup> e por todo o governo varguista, encontrava-se elementos caros a uma dominação masculina<sup>13</sup>, que em grande medida, reduzia o trânsito social feminino ao espaço doméstico, como se nota em anúncios nos jornais: “Senhores chefes de família! Senhoras donas de casa!”<sup>14</sup>. A leitura do anúncio associa claramente, o elemento masculino à condição de provedor do lar, e a mulher às tarefas domésticas e ao cuidado com as crianças, atribuições primeiras de uma “dona de casa”, “eclipsando” toda uma conjuntura de labuta e ocupação do espaço público pelas mulheres (pobres ou abastadas) na sociedade de classes, pois segundo Saffioti (1969) *apud* Rodrigues & Veras (2017)<sup>15</sup>:

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.<sup>16</sup>

A leitura de Saffioti (1969) nos permite enxergar a diversidade do alcance da sociedade capitalista, que no limite, acabou recrutando direta e indiretamente a mulher em seus diferentes níveis sociais: operária, burguesa, trabalhadora doméstica, profissionais

<sup>12</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>13</sup> Neste ponto, concordamos com Bourdieu para quem a dominação masculina pode ser entendida dentro de um universo simbólico, que em dados momentos, se conforma de acordo com o exercício da violência simbólica se traduzindo como: “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento”. Ver: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>14</sup> Folha do Norte, 08. 02. 1930, p. 06.

<sup>15</sup> RODRIGUES, J. I. L. & VERAS, Lais Lauane. Operariado Feminino: uma conjuntura plural em uma capital da Amazônia (Belém, 1930 - 1935). *Revista Manduarisawa*, Manaus, vol. 1, nº 01, 2017. p. 49.

<sup>16</sup> SAFFIOTI, Heleieth B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969, p. 40.

liberais, etc.; tais premissas revelam a ocupação fermina do espaço público, não apenas pela condição da mulher trabalhadora, mas também, pelas diversas teias de relações sociais, que vão sendo construídas e possibilitadas. Como exemplo, temos a organização do movimento feminista desde os anos de 1920 e que se fortalece na década de 1930, com a atuação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, inclusive com a criação de um núcleo paraense<sup>17</sup>.

O compartilhamento desta representação (ideário) social é identificável, em grande medida, dentro de um plano simbólico, nas palavras de Bourdieu (2012, p. 11): “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação”<sup>18</sup>. Aqui nos é possível identificar, um lugar de aceitação e valorização da ocupação feminina do espaço público do trabalho, sendo em grande medida veiculado pela imprensa local:

A mulher já trabalha no Brasil. Nas letras, nas artes, no professorado, no comércio, na administração pública, nas cadeiras liberais, em todos os ramos da atividade, em suma o feminismo tem vitoriosamente caminhado.<sup>19</sup>

Pelo excerto, notamos o destaque da mulher na ocupação de papéis sociais diversos no espaço público, notoriamente quando o feminismo é remetido, a matéria jornalística ganha um apelo sufragista, pela participação política feminina. No entanto, na sequencia fica mais latente o diálogo com a demanda pela ocupação do espaço público do trabalho pela mulher e a valorização expressa em um universo masculino: “Os próprios homens são os primeiros a reconhecer os benefícios sem par desse caminho, assim tão discreta, mas resolutamente andando, rendendo justiça ao que de consciencioso e de eficaz há no trabalho feminino”<sup>20</sup>.

Neste ponto, suscitamos a utilidade do *gênero*, como forma de compreender as relações sociais mesmo entre as mulheres, daí a compreensão dentro do processo histórico concernente aos estudos da mulher, do desuso da categoria *mulher* e a emergência do *gênero*, pois os diversos marcos sociais acabam diferenciando o lugar de cada grupo feminino

---

<sup>17</sup> ÁLVARES, 1990.

<sup>18</sup> BORDIEU, 2002, p. 11.

<sup>19</sup> Folha do Norte, 09. 02. 1930, p. 06.

<sup>20</sup> Folha do Norte, 09. 02. 1930, p. 06.

dentro do convívio social (classe, sexualidade, raça/etnia, etc.), e nesse contexto estão inseridas estas duas facetas femininas: feministas e operárias. Desta forma, nos aproximamos das premissas de Pedro (2011), segundo a qual: “O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres...”<sup>21</sup>. Silva (2016) destaca o recurso ao *gênero* como um dos fatores de ampliação das pesquisas no âmbito da História Social:

Dentre os principais desafios dos estudos vindouros no âmbito da História Social do Trabalho estão as incorporações das questões de gênero, das questões raciais/étnicas e relativas às conexões entre o social, o político e o cultural, de forma que tenham consequências analíticas nas pesquisas, não sendo simplesmente elementos desconexos adicionados aos estudos devido às necessidades de atendimento formal às demandas do campo acadêmico.<sup>22</sup>

A atenção às relações de gênero no meio social, acabaram por contemplar as visões sobre operariado feminino e seus respectivos locais de labuta. Acerca disso, Rago (2001) ressalta:

Nas denúncias dos operários militantes... dos jornalistas, das feministas, a fábrica é descrita como “antro da perdição” ... enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa. Essa visão está associada, direta ou indiretamente à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada.<sup>23</sup>

Por esta visão o “lugar” da mulher “de bem” seria a casa, desempenhando apenas trabalhos domésticos. O que, em nosso entendimento, seria um primeiro passo para “invisibilizá-la” no âmbito público. Prática que podemos constatar na “visitação” aos documentos enviados ao Governo do Estado. Em *memorial* enviado ao Interventor Federal Magalhães Barata sobre um “acidente de um estivador, acidentado no curso de seu trabalho”, e que posteriormente veio a falecer, sua mulher solicita providências do

---

<sup>21</sup> Pedro, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 273.

<sup>22</sup> SILVA, Eduardo Ângelo da. Desafios e Perspectivas da História Social do Trabalho Contemporânea. *Espaço Plural*, Ano XVII, n. 34, 1º Semestre 2016, p. 100.

<sup>23</sup> RAGO, 2001, p. 679.

Interventor contra a empresa Boath Linz, por ser uma “mulher pobríssima” e com filhos para criar<sup>24</sup>.

Chama a atenção neste documento, a redação feita por um homem, isso pode ser explicado talvez pelo fato da postulante ser analfabeta; outro detalhe, seria a ausência do nome da requerente no documento, sendo citada apenas como “a signatária”. Fato semelhante é observado em um abaixo-assinado enviado ao Interventor por uma lavradora por conta da prisão de seu marido, na identificação lê-se: “o abaixo-assinado com o máximo acalento, brasileira, residente no centro do lago Jaranaía, mulher legítima de Antônio Félix Moura, lavradora, vem proclamar perante a autoridade de V. Exc.”<sup>25</sup>; quatro pessoas assinam o documento, todos homens, não havendo menção ao nome da requerente.

Outro exemplo, quanto às transformações das condições da mulher como atuante no espaço público, no caso em questão o *sufragismo*, bandeira maior de luta da FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino), pode ser vislumbrado em uma imagem veiculada no Jornal *O Imparcial*, em 1932<sup>26</sup>. Uma das principais atuantes na formação das entidades de classe do operariado feminino foi a militante feminista Feliz Benoliel Cavaco<sup>27</sup>, portanto apesar de se constituírem em espaços de luta por campos diferentes, feministas e operariado feminino, o divórcio não era pleno, havendo momentos de solidariedade e união de forças e militância no contexto social – era recorrente os distanciamentos e aproximações no contexto social de lutas.

---

<sup>24</sup> APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Memoriais (1930-1938).

<sup>25</sup> APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Abaixo-Assinados: (1931).

<sup>26</sup> *O Imparcial*, 25. 03. 1933, p. 01.

<sup>27</sup> Rodrigues demonstra que a formação das entidades de classe do operariado feminino em 1931: a Associação Defensora do Trabalho Feminino (ADTF), que fora posteriormente transformada - no final do mesmo ano, em Concentração Feminina do Trabalho (CFT), contaram com a liderança da feminista Feliz Benoliel Cavaco, que já fazia parte de uma entidade representativa do operariado paraense, majoritariamente masculina: a Liga Nacionalista do Pará (LNP). RODRIGUES, J. I. L. *O Labor Feminino do Lar à Fábrica: Lutas, Práticas e Representação Social (Belém, 1930-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.



**IMAGEM Nº 7: ANÚNCIO: A VITÓRIA DO FEMINISMO.**

Fonte: Jornal *O Imparcial*, 25, 03, 1933, p. 01.

Na legenda da imagem produzida pelo jornal, lemos: “O Brederodes concerta a roupa da ‘patroa’, que tem de ir, amanhã, às urnas... Mme, foi ao Partido das saias receber ordens.”<sup>28</sup>. Na conjuntura de ocupação do espaço público do trabalho, e das reivindicações individuais e coletivas, autônomas ou mesmo pelas entidades de classe do operariado feminino e masculino, em favor das mulheres operárias e das sufragistas feministas é possível inferir o desempenho mútuo em papéis sociais domésticos por homens e mulheres neste período, nos permitindo a leitura da ‘patroa’ não apenas como uma feminista sufragista, mas também dentro deste contexto social cotidiano, como uma operária, uma vez que comumente se conceituava socialmente as mulheres operárias de “chefes de família”.

Aliada à imagem da mulher trabalhadora, coexistia no decênio de 1930 uma premissa educacional que em muito reproduzia à mulher o lar como espaço a ser ocupado. Nos idos de 1932, o jornal *Diário da Tarde* estampava uma matéria instigante quanto as demandas da educação feminina, remetendo como principal preocupação, o desempenhar feminino na vida privada, na vida do lar, a matéria intitulava-se *Vida Doméstica*:

Agora mesmo, a distinta preceptora Victoria do Carmo, um dos mais esforçados e competentes elementos do nosso magistério, percebendo a sensível lacuna que aqui se notava, da falta de uma Escola Doméstica, capaz de formar uma futura dona de casa, dando-lhe a conhecer os doces

<sup>28</sup> RODRIGUES, 2015.

encantos que solicitam o ser esposa, detalhando-a na contabilidade do lar, tomou a ombros a ideia da fundação de um estabelecimento nesse gênero. Obedecendo as normas rigorosas da didática doméstica e os métodos mais modernos de educação em família.

... Daí a obrigação imperiosa da criação de Escolas Domésticas, que lapidassem, como diamantes, o coração das moças, polindo-lhe as facetas, em que, mais tarde, se vissem refletir, brandamente, as doçuras da mulher-esposa e da mulher-mãe<sup>29</sup>.

Nota-se na constituição da referida matéria jornalística o acionamento de condicionamentos morais e comportamentais que pretensamente seriam essenciais, mesmo para uma jovem mulher: “futura dona de casa”, “mulher-esposa” e “mulher-mãe”; nesse contexto, destaca-se ainda, a idealização dessa demanda educacional pela criação das *Escolas Domésticas* por uma mulher a “preceptora Victoria do Carmo”, o que parece associar-se a “incorporação das relações de poder”<sup>30</sup> dentro de um convívio social, onde a ocupação do espaço público ainda é preceito masculino e à mulher, o aprendizado com as coisas dos lar, com o esposo, e com a maternidade seriam naturais e essenciais.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte ... Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum.<sup>31</sup>

Este panorama de consolidação de caráter estruturante da ocupação natural da mulher do espaço privado no construto social da capital paraense, refletido na citada matéria jornalística, em seu destaque para a demanda essencial da criação das *Escolas Domésticas* para oferta de cursos de oito meses, apresentava ainda, os aspectos mais latentes da vida doméstica passíveis de serem apreendidos pela jovem mulher:

São essas as séries:

a) cozinha; b) lavanderia e engomadeira; c) a dispensa e a cozinha; d) costuras; e) música, desenho e modelagem de ornamentação; f) prensas domésticas; g) arrumação de casa e vários vestíbulos; h) jardim, horta e pomar; i) avicultura doméstica; j) higiene das habitações e asseio

<sup>29</sup> Diário da Tarde, 02. 07. 1932, p. 04.

<sup>30</sup> BOURDIEU, 2002, p. 45.

<sup>31</sup> BOURDIEU, 2002, p. 45.

individual; k) assistência domiciliar; l) noções sobre regimes alimentares e dietéticas; m) indústria doméstica e doceria.<sup>32</sup>

A proposta de educação doméstica para a jovem mulher, idealizada pela preceptora Victoria do Carmo, pelo que já foi até aqui demonstrado, não eclipsara o reconhecimento e a ocupação do espaço público pela mulher, condição mais latente entre feministas e operárias, sobre a questão educacional outras propostas apresentavam-se no tocante ao operariado e especificamente às operárias: “traço único e seguro para o levantamento moral do nosso proletariado, a criação de escolas para a alfabetização da gente operária, se impõem a nossa consideração.”<sup>33</sup>. Neste documento produzido pela Federação do Trabalho do Pará estavam discriminados os locais e o número de escolas destinadas a operários e operárias, numa alusão ao engrandecimento moral e ao preparo para as atividades laboriosas.

**QUADRO Nº 4: LOCAIS DAS ESCOLAS PARA OPERARIOS E OPERARIAS, SEGUNDO A FEDERAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO.**

<b>Escolas a Fundar</b>		
Federação do Trabalho (sede)	02	Para operários e operárias
Sindicato de Marinheiros	01	Rua Frutuoso Guimarães
Vendedores de Jornais	01	Na Polícia Civil – Pavimento Térreo
Est. de Rodagem Arthur Bernardes	01	No prédio do Estado (Escola Pública)
Na Avenida Theodomiro Martins	01	No Sindicato de Artífices (São Braz)
Na “20 de Março”	01	Bairro Cremação, para os menores da Limpeza Pública.
No Marco da Légua	01	Sede da Sociedade Coração de Jesus
No Pedreira	01	Sede do União Pedreirense
No Jurunas	01	Sede da Sociedade Jurunense

**Fonte:** Ofício enviado pela Federação do Trabalho do Pará à Interventoria Federal do Pará em 20 de Março de 1933.

<sup>32</sup> Diário da Tarde, 02. 07. 1932, p. 04.

<sup>33</sup> Ofício enviado pela Federação do Trabalho do Pará à Interventoria Federal do Pará. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1934), cx. 182.

## EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA: CONFLITOS, TENSÕES E ASSÉDIOS

Pelo o que vimos até aqui, infere-se que o construto social acerca da mulher, inclusive a trabalhadora remete-se a sua presença no lar, e que as representações sociais tangenciadoras a essa mulher ganham contornos protecionistas:

É doloroso ver-se até altas horas da noite, grupos de infelizes operárias saírem das fábricas, depois de um serão exaustivo e regressarem aos seus lares. Estes geralmente são nos subúrbios da cidade e essas infelizes moças tem que fazer o percurso a pé, porque se se transportarem à bonde, nada lhes fica do pouco que ganharam.<sup>34</sup>

O Ofício enviado pela Federação de Classes em Construção Civil apresenta um protesto contra a exploração noturna do trabalho feminino, fazendo referência, também, às condições de vida e trabalho destas mulheres: longas jornadas de trabalho, dificuldades de deslocamento lar-trabalho-lar, baixos salários, ausência de auxílio para o transporte, etc.; temos aqui, um protesto de uma associação majoritariamente masculina em favor do operariado feminino.

O trabalho feminino até “altas horas da noite” era um dos assuntos que mais preocupava as associações operárias: o trabalho noturno das mulheres, o que unia-se a um amálgama de vivências diárias das operárias, por vezes compartilhadas com os operários, outrora peculiarmente próprias às “laboriosas abelhas”<sup>35</sup>. Estudos como os de: Margareth Rago (1985; 1998) e Sidney Chalhoub (2012)<sup>36</sup>, se apresentam como precursores na reconstituição da agência diária de trabalhadores e trabalhadoras, que transpunha em muito as condições adversas de trabalho, econômicas e mesmo a militância sindical, fazendo emergir: a violência praticada e sofrida, a “auto-violência”, e ainda, os amores gestados entre a classe laboriosa, e as possíveis “transgressões morais”, como a entrada na prostituição.

Como anteriormente mencionado, no contexto de demandas femininas na ocupação do espaço público do trabalho, encontrava-se na ordem do dia, os protestos pelo fim do trabalho noturno. No dia 27 de maio de 1931, grande número de operárias da Usina

---

<sup>34</sup> Ofício enviado pela Federação de Classes em Construção Civil à Interventoria Federal do Pará em 27 de dezembro de 1930. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930-1934), cx. 182.

<sup>35</sup> Folha do Norte, 27. 03. 31, p. 05.

<sup>36</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Brasil, empresa de beneficiamento de castanha, foram recebidas pelo Interventor Magalhães Barata, para exporem suas reclamações às condições de trabalho. Foram expostas três questões principais: os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e os serões noturnos. A denúncia gerou polêmica entre as próprias trabalhadoras, pois um segundo grupo procurou a mídia para desmentir tais informações. As operárias afirmaram serem errôneas e caluniosas as denúncias feitas por “algumas colegas” suas, dizendo que:

...gozam como todas as suas companheiras em número aproximado de mil, de conforto e bem-estar, exercendo suas ocupações sem prejuízo de sua saúde, acrescentaram que percebem um salário remunerador e quando fazem serão é de livre vontade, pois os patrões não as obrigam ao trabalho noturno, deixando isso a cargo de cada uma.<sup>37</sup>

De acordo com os protestos posteriores, é de se supor que essa negativa das denúncias de exploração do trabalho feminino, esteja ligada a assertiva de que “existem operárias que querem agradar seus patrões apenas para garantirem seu emprego”<sup>38</sup>, feita pelas operárias Luzia Gonçalves, Palmira Viana e Brasilina Bruno da Costa, que reafirmaram a utilização de braços femininos nas fábricas durante à noite. O temor da perda de emprego era evidente nas fábricas de Belém.

No mesmo período cerca 850 operárias costureiras de sapatos da Fábrica Chamié, veicularam na mídia um apelo à ameaça de despedida que lhes fora feita. Segundo essas trabalhadoras a alegação da gerência era de que houve acentuada queda na venda de sapatos, motivo pelo qual se tornaria inviável a manutenção de todo o contingente de trabalhadoras. É interessante notar a forma de se pronunciar dessas mulheres, que de antemão deixam claro que tal apelo não se tratava de atitude “hostil a seus patrões”<sup>39</sup>.

Ao que parece, o trabalho noturno de mulheres em Belém era uma constante, dado o volume de queixas dirigidas ao governo e à mídia local. Contudo, a disposição de algumas operárias em “defender” seus empregadores, indica muito mais o temor da perda de seus empregos, do que as boas condições de trabalho das quais se diziam dispor. O governo atendendo aos apelos das trabalhadoras mandou a polícia investigar as fábricas da capital que submetiam suas operárias a plantações noturnas, no levantamento feito constatou-se tal irregularidade nas seguintes indústrias: Fábrica de Artefatos da Borracha, Fábrica

---

<sup>37</sup> Folha do Norte, 27. 03. 1931, p. 02.

<sup>38</sup> Folha do Norte, 27. 03. 1931, p. 02.

<sup>39</sup> Folha do Norte, 08. 03. 1931, p. 08.

Perseverança, Fábrica São Vicente e Fábrica Jarina - tal indústria atuava na fabricação de botões e empregava cerca de 500 operárias<sup>40</sup>.

Como era comum à época, as determinações estatais concernentes aos trabalhadores acabavam sendo atendidas apenas em parte, pelo patronato. Mesmo depois de notificadas as fábricas continuaram a promover o trabalho feminino noturno, fato constatado nos protestos que não cessarão: “Por determinação do Governo do Estado foram proibidos nos serões noturnos ao operariado feminino, no entanto passando-se algum tempo, as fábricas outrora notificadas voltaram a exigir plantações noturnas às suas trabalhadoras”<sup>41</sup>. Desta forma, os “serões” continuaram a ser alvo de reclamações por todo ano de 1932<sup>42</sup>.

Comumente, as operárias remetiam-se aos espaços governamentais do Estado e da Prefeitura de Belém, como forma de reivindicar e agradecer pelas ações de atenção ao operariado feminino quanto às plantações noturnas e a extensão da jornada de trabalho: “... uma comissão de operárias fardadas com o seu uniforme da Usina Progresso, estiveram em Palácio em visita ao Sr. Interventor Federal... a comissão de operárias, estiveram na Prefeitura em visita de agradecimento...”<sup>43</sup>. A manutenção dos plantões noturnos para mulheres nas fábricas de Belém era alvo incessante de protesto na mídia veiculado pela Liga Nacionalista<sup>44</sup>, que num dado momento incluiu em suas denúncias uma questão moral: a prostituição. Os nacionalistas divulgavam seus comunicados, mostrando:

As condições do operariado feminino carecido de conforto e medidas de amparo e proteção, tais como a ‘abolição completa dos serões’, que é a primeira porta de entrada para a prostituição de moças pobres que procuram nas oficinas meios de subsistência.<sup>45</sup>

Constantemente, relacionava-se o trabalho noturno como fator de favorecimento dos desvios morais da mulher, pois o fato de receberem uma remuneração muito baixa por

---

<sup>40</sup> MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: FIEPA/ SESI/ SENAI/ IDEPAR/ IEL, 1989, p. 58.

<sup>41</sup> Folha do Norte, 14. 08. 1931, p. 02.

<sup>42</sup> Folha do Norte, 23. 03. 1932, p. 05; 31. 03. 1932, p. 02; 02. 04. 1932, p. 02.

<sup>43</sup> O Imparcial, 14. 03. 1934, p. 01.

<sup>44</sup> A Liga Nacionalista do Pará, era uma associação majoritariamente masculina de caráter “patriótico” fundada em 22 de junho de 1920, e que após alguns anos de inatividade reorganizou-se no início de 1930, tendo como baliza principal de seu “projeto social”, a arremetida dos trabalhadores na defesa de seus interesses sociais, apresentando-se como uma via, por vezes uníssona, de mediação e ligação entre trabalhadores e entidades de classes e o governo.

<sup>45</sup> Folha do Norte, 18. 01. 1931, p. 08.

inúmeras horas de trabalho e, o assédio que era comum dentro e fora das fábricas, potencializaria as transgressões morais. De acordo com Margareth Rago<sup>46</sup>, é compreensível que dentre as inúmeras reclamações que norteavam a figura da mulher dentro das indústrias fosse posta “em primeiro plano a proibição do trabalho noturno”, justamente por ser tomado como imoral “para o sexo feminino e a garantia da maternidade”. No entanto, ainda que nos círculos operários as mulheres apresentassem-se em maior número, o domínio dentro e fora do âmbito fabril em Belém, perpetuava-se no universo masculino.

Neste contexto, os assédios não se remetiam apenas aos espaços externos às fábricas, sendo notado, por vezes, dentro dos próprios estabelecimentos, sobretudo nas relações hierárquicas, onde comumente no nível inferior estava a operária, e nas escalas superiores grassava o elemento masculino, pois segundo Sousa-Lobo:

À disciplina da fábrica soma-se, como no caso das operárias, a violência sexual das chefias... Mas o fato de que exista uma relação de chefia entre um homem e uma mulher implica ainda mais uma subordinação de sexo.<sup>47</sup>

Tal traço de “violência sexual das chefias”, pode ser encontrado na denúncia da operária Maria Zuleide contra um gerente de seção da Fábrica Girafa repercutidas nas páginas do jornal *Folha do Norte*: Queixa contra o gerente duma fábrica”.

Veio ontem, Maria Zuleide Pereira... queixar-se contra Antonio Marques Amoras, gerente da seção de embalagem da Fábrica Girafa, onde ela se empregava no serviço de preparo de carteiras de cigarros. Declarou-nos Maria Zuleide que se despediu daquela fabrica no dia 17 de janeiro último em virtude de perseguição que Amoras movia à declarante, procurando seduzi-la para ir viver consigo. Como essa perseguição durasse alguns meses já, depois da morte de seu noivo Eriberto Nunes de Queiroz, que se suicidara sob um bonde do Curro... resolveu ela deixar o serviço, para ver se cessava o assédio que lhe era movido.<sup>48</sup>

A denúncia demonstra um caso de auto-demissão, que segundo a operária Maria Zuleide fora motivada pela recorrência dos assédios do gerente Amoras, que foi em muito intensificada após o suicídio, de seu noivo. As relações de poder pautadas na hierarquia

---

<sup>46</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 69.

<sup>47</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 131.

<sup>48</sup> Folha do Norte, 18. 02. 1930, p. 02.

dentro da fábrica e a própria condição da operária necessitada do trabalho, submetida às baixas condições salariais e a pecha de mulher pública<sup>49</sup>, comum nos primeiras décadas do século XX, mostra que os casos de violência dentro dos espaços fabris, conduziam-se também sobre um viés simbólico, onde os assédios acabavam não se resumindo às tentativas de “conquista” da operária, inclusive com a promessa de sacramentar matrimônio, mas sem dúvida nas pressões diárias em conformidade com a própria hierarquia de poder, o que nos conduz a dedução de o quanto a operária relutou em deixar o emprego, suportando àquelas condições ainda por meses.

A permanência de familiares compartilhando dos mesmos espaços produtivos era uma constante, como demonstrado nas páginas anteriores, o que no caso de Maria Zuleide contribuiu para agravar o problema, ressoando-o ao âmbito familiar, pois:

Mesmo assim, não se libertou da perseguição e a tal ponto que num jornaleco que circula nessa cidade, foi publicada ante-ontem uma carta de Amoras, fazendo referencias desonrosas à Maria Zuleide, que por essa razão, sentindo-se ofendida, procurou a FOLHA para narrar-nos o que aí fica.

Adiantou-nos mais que uma irmã sua, que também trabalhava naquela fábrica, depois da sua saída dali, vinha sendo vítima do referido gerente, tendo sido forçada a deixar a Girafa ontem.

Seguramente, os proprietários da fábrica ignoram esses fatos que aí ficam registrados como nos foram narrados.<sup>50</sup>

Neste excerto notamos a ampliação do “conflito” iniciado dentro da fábrica entre a operária e o gerente Amoras, que não se esgotou com sua saída do estabelecimento, sob dois pontos principais: primeiro, temos a denúncia da continuidade dos assédios, que com a saída de Maria Zuleide passaram a direcionar-se a sua irmã, que trabalhava no mesmo estabelecimento, e não suportando tamanha pressão psicológica também abandonou o serviço; e segundo, a procura do gerente pela imprensa local para veicular informações desonrosas, caluniosas à operária, onde notamos a menção feita a um “jornaleco”, talvez se refira a dois pasquins que circulavam na capital paraense: *Pirralha* e *Espião*, nossa desconfiança repousa nas reclamações empreendidas por diversas operárias contra ambos, no tocante a veiculação de matérias ofensivas e a certa extorsão praticada contra as operárias por estes periódicos:

---

<sup>49</sup> RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pomméry. *teoria & pesquisa*, n. 47, p. 93-118, Jul/Dez 2005.

<sup>50</sup> Folha do Norte, 18. 02. 1930, p. 02.

Escrevem-nos pedindo chamemos a atenção do Sr. chefe de polícia para ‘uns pasquins’ que se editam, periodicamente, nesta capital, com os nomes de <Pirralha> e <Espião>, e que, segundo o comunicado, exercem franca exploração contra as operárias de certas fábricas, publicando notícias infamantes a seu respeito sempre que elas não se sujeitam a pagar aos referidos periódicos a importância de 10\$000 que exigem para a retirada da notícia.<sup>51</sup>

A condição de violência simbólica, envolta ao operariado feminino alcançava até mesmo os veículos de comunicação da época, que no afã de auferirem ganhos com a “mercantilização” de notícias “inescrupulosas”, nem sempre verídicas, acabavam encontrando no meio circundante às operárias e sua condição moral, um espaço de barganha, para a execução de extorsões de toda ordem. A quantia citada na denúncia, para garantir a não veiculação de “fococas” degradantes: 10\$000, em média representava quase uma semana inteira de trabalho para algumas operárias.

Retomando o caso da operária Maria Zuleide e suas denúncias contra o gerente da Fábrica Girafa, notamos que dois dias após a veiculação da carta da referida operária, o jornal *Folha do Norte* publicou uma carta, como forma de direito de resposta. A carta refutava as acusações contra o gerente Amoras, e ao contrário do que afirmara Maria Zuleide sobre os desvios morais praticados pelo gerente, a resposta advogava a idoneidade moral e profissional de Amoras, esclarecendo outros pontos importantes acerca dos fatos. A carta começa lembrando trechos da carta de Zuleide e a partir do segundo parágrafo inicia sua sentença:

Esta não é a expressão da verdade. A carta a que ela se refere foi apenas uma resposta ao que ela, ou alguém por ela, publicou no referido jornaleco em seu número 42, do 8 do corrente mês. Quanto a sua irmã, bem daqui não saiu por perseguição de nosso gerente.

... as operárias desta fábrica, muito respeitosamente, vimos por intermédio deste grande órgão... de onde, infelizmente ela procurou lançar a peçonha do seu ódio contra um homem por todos os títulos honesto, protestar contra tão extraordinária infâmia, garantindo em nome de nossa honestidade de moças, que o sr. Antônio Amoras é um homem de inteira confiança, não somente porque é um trabalhador zeloso, um chefe de família exemplar, como também porque até esta

---

<sup>51</sup> Folha do Norte, 11. 02. 1930, p. 02. Neste ponto encontramos limitações a uma reflexão mais acurada acerca da notícia, seria importante consultar os números destes periódicos, no entanto, não estão disponíveis, ou até o presente momento, não os encontramos. Na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves” (FCPTN), encontram-se apenas alguns números do *Pirralha* referentes a década de 1920.

data nunca foi sequer censurado por seus chefes, nem tão pouco, nunca nos faltou com o devido respeito.<sup>52</sup>

A análise desta carta é reveladora de condições sociais “fraturadas” envoltas às tensões constitutivas ao operariado feminino. A negativa sobre as denúncias encaminhadas pela operária Maria Zuleide ganha maior relevo, quando constatamos que a escrita desta carta/resposta é atribuída às operárias da Fábrica Girafa, ou seja, temos aqui a orquestração de um embate, entre “sujeitos sociais” do mesmo lado na relação capital-trabalho, o operariado feminino. A carta era finalizada com a “assinatura” de 23 operárias da referida fábrica, e terminava sentenciando:

Eis a verdade sr. Redator, - As operárias da fábrica Girafa: Ruth Soares, Maria de Nazareth, Prezelina Castro, Francisca Lopes, Angélica Braga, Gertrudes Chaves, Joanninha Chaves, Julieta Silva, Joanna Nery, Cleonice Pessoa, Antônia Penha, Claudomira Moraes, Mathilde Moraes, Alda Bastos, Altamira Cardoso, Luiza Brito, Raymunda Silva, Alice Santos, Alice Barbosa, Francisca Oliveira, Lília Lucas, Guaracy Lucas e Alice Vergolino.<sup>53</sup>

Casos como o que por hora nos ocupamos, em que operárias saíam em defesa de agentes superiores hierarquicamente ou mesmo do próprio patronato, não eram raros no mundo do trabalho de Belém na década de 1930<sup>54</sup>. Apesar de tal assertiva, cabe-nos erigir algumas reflexões sobre o conteúdo da citada carta/resposta: temos o “desmentimento” da afirmativa de que os assédios do gerente da fábrica seriam o motivo que levou à demissão da operária Maria Zuleide e sua irmã, no entanto, não são apresentados os “reais” motivos para tais demissões; a informação de que a carta enviada pelo gerente Amoras ao “jornaleco” citado, era uma resposta “ao que ela, ou alguém por ela, publicou no referido jornaleco”, nos permite ampliar o olhar sobre o “espaço de barganha” utilizado pelos *pasquins* que veiculavam fofocas, inclusive das operárias belenenses, pois em se confirmando esta afirmação, entende-se que as próprias operárias utilizavam-se dos serviços destes veículos de comunicação, sendo por vezes, “algozes” e “vítimas” das ditas fofocas.

<sup>52</sup> Folha do Norte, 20. 02. 1930, p. 01.

<sup>53</sup> Folha do Norte, 20. 02. 1930, p. 01.

<sup>54</sup> O Folha do Norte, 27. 03. 31, p. 03, veiculava a resposta de algumas operárias de Usina Brasil em defesa do patronato, refutando a ação de outras operárias colegas suas em se dirigir ao Interventor Magalhães Barata para denunciar, entre outras coisas: as longas jornadas de trabalho, os baixos salários e os serões noturnos.

Nas cartas enviadas por “mães de família” ao jornal *Folha do Norte*, podemos constatar que o assédio às operárias não se dava apenas durante o trabalho noturno, sendo praticado mesmo diurnamente. Segundo as denúncias, um grande número de homens (senhores e jovens), amontoavam-se na esquina da “28 de Setembro com a Quintino Bocaiúva”<sup>55</sup>, local aonde se localizava a Fábrica Perseverança (que atuava na produção de fios, cabos e cordas), para admoestar as mulheres que ali trabalhavam.

O assédio às operárias também é explicitado por Carlos Delamore em carta enviada à *Folha do Norte*<sup>56</sup>, na qual trata os homens que tentam conquistar as mulheres que trabalham no beneficiamento de castanha, como “zangões” que “não tinham vergonha de vir seduzir as laboriosas abelhas”. Apesar da linguagem metafórica, o que deixa transparecer é que a mulher mesmo no ambiente de trabalho no qual, em tese, estava buscando meios para seu sustento e, por conseguinte, sua emancipação econômica, não era adequadamente tratada sendo por vezes desrespeitada.

A citada carta destaca ainda, a condição de jovens mulheres que desempenhavam o papel de verdadeiras “chefes de família”, onde a remuneração percebida acabava por beneficiar, em alguns casos, também “suas mães e pais inválidos, ou irmãos menores”. Este quadro social pode explicar a exposição de muitas operárias as longas jornadas de trabalho por baixos salários. Sobre o trabalho noturno, Carlos Delamore defende os industriais dizendo que o pagamento efetuado nos plantões noturnos era superior ao que era pago no trabalho diurno e, que constantemente as operárias solicitavam à gerência das fábricas os serões noturnos, com o intuito de aumentarem suas rendas.

Os baixos salários recebidos pela maioria das operárias, em grande medida, parecem fomentadores de sua presença nos “serões noturnos” no afã de melhorar sua renda, contudo as inúmeras denúncias de exploração por parte do patronato se davam muito mais devido a extensão da jornada de trabalho das operárias, até altas horas da noite, justamente com o objetivo de aumentar a produção. É interessante notar que as reclamações concernentes ao trabalho feminino à noite, partiam não só das associações de classes ou das próprias operárias, como também de seus familiares. Transcendendo desta forma a questão meramente econômica, e sim expondo um apelo moral que circundava a figura da mulher, estando à noite fora de sua casa.

---

<sup>55</sup> Folha do Norte, 29. 03. 1931, p. 08.

<sup>56</sup> Folha do Norte, 27. 03. 31, p. 05.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consulta às fontes de pesquisa (jornais e documentos alocados no Arquivo Público do Estado Pará) nos possibilitou apresentar um quadro de ocupação do espaço público do trabalho por mulheres, por operárias no alvorecer do decênio de 1930 em Belém. A leitura das fontes à luz da produção bibliográfica acerca do período, da representação social, e, das relações de gênero nos permitiu o diálogo entre a construção social do lugar da mulher na sociedade, que ora a alinhava ao espaço do lar, ora a reconhecia positivamente como elemento constitutivo do espaço público, e sua ocupação nos mundos do trabalho. Muito fecundamente, por meio do uso da categoria gênero, demonstramos que ser mulher no período pesquisado, não se conforma em uma condição uníssona, pois o avanço sobre o espaço público àquela altura, se dava por: feministas e operárias, em campos de luta diferentes, com alguns momentos de solidariedade, e ainda, a organização de protestos por melhorias nas condições de trabalho das operárias, encaminhados pelas próprias operárias, e por vezes, por associações operárias notadamente masculinas. Portanto, os resultados introdutórios de nossa pesquisa, conformam-se num convite à ampliação dos estudos acerca da formação dos mundos do trabalho na Amazônia, a partir do processo histórico que vai arregimentando as mulheres como força de trabalho, conquista de direitos, violência simbólica (como nos casos de assédio e do trabalho noturno), e o necessário diálogo com o construto sociocultural no qual estavam inseridas.